

PCP solidário com luta das trabalhadoras da Vitrohm questiona Governo sobre a discriminação salarial

O PCP teve conhecimento de uma situação de discriminação salarial em função do sexo que, apesar das denúncias e recomendações realizadas à empresa pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE) persiste.

O PCP solidariza-se com a luta dos trabalhadoras e dos trabalhadores da Vitrohm pelas suas justas reivindicações. Nesta empresa, que nos últimos quatro anos somou lucros superiores a 6 milhões de euros, os aumentos salariais aos trabalhadores foram irrisórios e verificam-se situações em que as trabalhadoras chegam a receber menos 200 euros para desempenhar funções iguais em quantidade e qualidade às dos homens, auferindo as operárias especializadas salários entre os 600 e os 680 euros.

No seguimento de uma denúncia feita pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) que a CITE a 5 de Novembro de 2014, aprovou um parecer em matéria de igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego onde conclui que a “Vitrohm” apresenta uma evidente e incontestável discriminação salarial e profissional baseada no sexo. A CITE recomendou à direcção da empresa que uniformizasse os salários entre homens e mulheres e procedesse ao combate às demais desigualdades constatadas, nomeadamente no acesso à progressão na carreira e às diferentes categorias profissionais. Importa ainda referir que tal recomendação tendo sido enviado à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), até à data não se verificou qualquer intervenção nesta matéria.

O PCP considera esta situação inaceitável e revela total desrespeito da “Vitrohm” pelos direitos das trabalhadoras, e a violação do princípio de salário igual para trabalho igual.

O Governo PSD/CDS recusa cumprir a Resolução nº. 45/2013 – “Combate às discriminações salariais, directas e indirectas”, que decorreu de uma proposta do PCP, para que sejam accionados “os mecanismos necessários visando concretizar o combate às discriminações salariais, directas e indirectas, e dar prioridade à acção inspectiva e punitiva” e elaborado “com urgência, através da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), um Plano Nacional de Combate às Discriminações Salariais, Directas e Indirectas.



Da parte do PCP, continuaremos a exigir o cumprimento cabal da lei e da Constituição e a garantia do princípio de salário igual para trabalho igual e por isso, através dos seus deputados na Assembleia da República, o PCP apresentou três perguntas ao Governo, dirigidas ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e ao Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade:

1. *Que medidas imediatas vai o Governo tomar para assegurar o cabal cumprimento da Lei?*

2. *Como avalia o facto da empresa ter sido notificada pela CITE e persistir na discriminação salarial e violação de direitos?*

3. *Como avalia a inexistência de intervenção da ACT?*

Também na Assembleia Municipal de Cascais, na reunião de 25 de Maio 2015, os eleitos do PCP intervieram na defesa das trabalhadoras da Vitrohm propondo que a Câmara Municipal de Cascais, através do seu Presidente, expressasse à direcção da empresa a repulsa desta Câmara pela reiterada violação dos direitos constitucionais das trabalhadoras da empresa, **o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, assim como todo o executivo do PSD/CDS-PP, remeteram-se ao silêncio e não se pronunciaram sobre o assunto.** O PCP apela a todos os trabalhadores da Vitrohm que participem na «Marcha a Força do Povo», no dia 6 de Junho em Lisboa, juntem-se a nós pela construção de um futuro melhor.



TODOS À RUA

POR UM PORTUGAL COM FUTURO!

6 Junho • 14h30

Lisboa • Marquês de Pombal ► Restauradores

Juntem-se a nós na marcha nacional do próximo dia 6 de Junho, na Avenida da Liberdade, do Marquês de Pombal à Baixa, pela libertação e dignidade nacionais por uma política patriótica e de esquerda.

Uma marcha que será uma forte afirmação de exigência de um outro caminho e expressiva manifestação de confiança dos trabalhadores, dos democratas, dos patriotas, do nosso povo na sua luta e na possibilidade de uma alternativa à política de declínio nacional.

Perante a situação do povo e do País, não nos conformamos, não desistimos, afirmamos uma posição clara: Basta! Basta de humilhação, basta de exploração e empobrecimento, basta de corrupção e dependência. Assumimos com confiança o projecto de libertação, de dignidade, de honestidade, de desenvolvimento e soberania para Portugal. Temos soluções para o País!



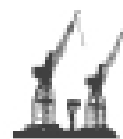
É necessária uma nova política e um novo governo **UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA**

assente em seis opções fundamentais:



A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

nos seus montantes, juros e prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;



PRODUÇÃO NACIONAL

A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;



VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PENSÕES

A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;



OUTRA POLÍTICA FISCAL

Uma política orçamental de combate ao desperício e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm;



DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;



SOBERANIA NACIONAL

A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

